

Organizadores:

**DANIEL GOMES DE MIRANDA
LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA
ROBERTO PAULINO DE ALBUQUERQUE JÚNIOR**

Autores:

ALEX XAVIER SANTIAGO DA SILVA	LUCAS BURIL DE MACÊDO
ANA CECÍLIA BEZERRA DE AGUIAR	LUIZ HENRIQUE GOMES FERRAZ FILHO
ANA IALIS BARETTA	MARCELO MIRANDA CAETANO
ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR	MÁRCIO OLIVEIRA ROCHA
BECLAUTE OLIVEIRA SILVA	MARCOS EHRHARDT JUNIOR
BRUNO SILVEIRA DE OLIVEIRA	MATEUS COSTA PEREIRA
CAMILA VIEIRA NUNES MOURA	NESTOR EDUARDO ARARUNA SANTIAGO
DANIEL GOMES DE MIRANDA	OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR
DAVID BARBOSA DE OLIVEIRA	PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA
DIEGO CARVALHO TEXEIRA	RAUL NEPOMUCENO
FABIANO CARVALHO	RAVI PEIXOTO
FÁBIO EGASHIRA	RICARDO ARONNE
FREDIE DIDIER JR.	ROBERTO PAULINO DE ALBUQUERQUE JÚNIOR
HUGO DE BRITO MACHADO	RODRIGO BARIONI
HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO	RODRIGO MAZZEI
JALDEMIRO RODRIGUES DE ATAÍDE JR.	RODRIGO NUMERIANO DUBOURCQ DANTAS
JOÃO PAULO CAPELOTTI	RODRIGO XAVIER LEONARDO
JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO	SASHA CRUZ MONTEIRO DE ALMEIDA
JOSÉ PÉRICLES PEREIRA DE SOUSA	SÉRGIO CABRAL DOS REIS
JUDITH MARTINS-COSTA	VENCESLAU TAVARES COSTA FILHO
JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA	VINICIUS DE NEGREIROS CALADO
LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA	

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR AGNELO AMORIM FILHO

2013

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

10
anos



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Maurício Amaral (mauricioamaral@live.com)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Apresentação	17
1. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA JUSTIÇA DO TRABALHO E A PATENTE OMISSÃO PROCESSUAL DO EXEQUENTE – POSSIBILIDADE DE NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA 114 DO TST	19
<i>Ana Ialis Baretta e Marcelo Miranda Caetano</i>	
2. (IM) POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ALTERAÇÃO DA PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA POR MEIO DE REGRAS PROCESSUAIS.....	25
<i>Antonio Carlos Ferreira De Souza Júnior e Luiz Henrique Gomes Ferraz Filho</i>	
1. Introdução	25
2. Os conceitos jurídico-positivos e os lógico-jurídicos	26
3. Prescrição: um conceito positivado pelo sistema jurídico.....	31
4. Prescrição no direito civil e no direito tributário: uma análise comparativa.....	33
5. (Im) Possibilidade jurídica de alteração da prescrição tributária por meio de regras processuais.....	42
5.1 Aplicação do parágrafo 1º do art. 219 do Código de Processo Civil e o entendimento firmado no Recurso Especial nº 1.120.295	42
5.2 Inaplicabilidade do enunciado nº 106 da Súmula do STJ	46
5.3 Prescrição Intercorrente na Lei de Execução Fiscal.....	47
6. Conclusão.....	49
7. Referências	50
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRESCRIÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	53
<i>Beclaute Oliveira Silva</i>	
1. Introdução	53
2. Decadência e Prescrição no pensamento de Agnelo Amorim Filho	54
3. A contribuição de Agnelo Amorim Filho e a prescrição na fase e cumprimento de sentença.....	55
4. Início da fase de cumprimento da sentença.....	56
5. Prescrição após a fase de conhecimento	57
6. Exegese do art. 475-L, VI, do CPC	58
7. Prescrição na impugnação à execução provisória.....	59
8. Início do prazo nas decisões judiciais líquidas transitadas em julgado.....	61
9. Prescrição intercorrente.....	62

10. Modos de alegação da prescrição	64
11. Decisão que acolhe a prescrição e recurso	64
12. Conclusão	65
13. Referências	68
4. DEMANDAS CONTRADITÓRIAS E O SISTEMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	69
<i>Bruno Silveira de Oliveira</i>	
1. Convite a um diálogo acadêmico	69
2. Síntese do pensamento de Fredie Didier Jr.	70
3. Litispendência (conceito jurídico-positivo) vs. 'litispendência' (conceito lógico-jurídico)	70
4. Um conceito mais amplo de conexidade	73
5. A garantia constitucional da ação (ou "inafastabilidade" do controle jurisdicional) e a preclusão	74
6. O efeito da revelia	76
7. Objeto litigioso comum e julgamento de demandas contraditórias	78
8. O risco de incompatibilidade entre julgados	80
9. <i>Contradireitos</i> ou simplesmente direitos?.....	83
10. Referências	87
5. SEGURANÇA JURÍDICA E DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CONTROLE DOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA.....	89
<i>Camila Vieira Nunes Moura e Ana Cecília Bezerra de Aguiar</i>	
1. Introdução	89
2. O princípio da segurança jurídica.....	90
3. A decadência e os efeitos do tempo sobre o direito.....	92
4. O Ato Administrativo e sua classificação quanto à formação da vontade	94
5. A atuação dos Tribunais de Contas	96
6. A natureza do registro feito pelo Tribunal de Contas e a decadência do direito de anulação pela Administração	98
7. Considerações finais.....	102
8. Referências bibliográficas.....	103
6. PRESCRIÇÃO E AÇÃO MONITÓRIA FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL PRESCRITO	105
<i>Daniel Gomes de Miranda</i>	
1. Colocação do problema.....	105

2.	Prescrição e decadência no pensamento de Agnelo Amorim Filho.....	106
3.	A insuficiência do pensamento de Agnelo Amorim Filho e a prescrição nos procedimentos monitórios fundados em título executivo extrajudicial prescrito....	107
4.	Considerações finais.....	111
7.	QUAL O TEMPO DA PRESCRIÇÃO? UMA ABORDAGEM ZETÉTICA SOBRE A PRESCRIÇÃO E SUA DECISÃO NO DIREITO SUBSTANTIVO E ADJETIVO CIVIL.....	113
	<i>David Barbosa de Oliveira</i>	
1.	Introdução.....	113
2.	Uma breve contextualização sobre o tempo.....	114
3.	O tempo da prescrição do direito material: o tempo que passa.....	116
4.	Heidegger e o tempo da decisão: o tempo em um instante.....	124
5.	Conclusão.....	129
6.	Referências.....	131
8.	A PRESCRIÇÃO SOBRE A PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE QUANTIA DO SEGURO DPVAT: BREVE ANÁLISE SOBRE O SEU (NÃO) ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES ESPECÍFICAS DO CÓDIGO CIVIL.....	133
	<i>Diego Carvalho Texeira</i>	
1.	Introdução.....	133
1.1.	Fixação do instituto temporal incidente sobre o objeto examinado.....	133
2.	Caracterização e enquadramento jurídico do seguro DPVAT.....	136
2.1.	A responsabilidade civil e o seguro dpvat: da (im)possibilidade de manutenção do entendimento do superior tribunal de justiça.....	137
3.	A questão do prazo prescricional para requerer o recebimento de valores pelo seguro DPVAT. Há prazo prescricional específico?.....	141
4.	Conclusões.....	144
5.	Referências.....	145
9.	PRESCRIÇÃO E AÇÃO RESCISÓRIA.....	147
	<i>Fabiano Carvalho</i>	
1.	A homenagem.....	147
2.	Objeto do estudo.....	147
3.	Rescindibilidade da decisão que acolhe a prescrição.....	148
4.	Decisão que afasta a prescrição: rescindibilidade?.....	152
5.	Prescrição como motivo rescisório (art. 485, V, do CPC).....	156
6.	Conclusões.....	164

10. ARBITRAGEM E PRESCRIÇÃO	165
<i>Fábio Egashira</i>	
1. Introdução	165
2. Instituto da Arbitragem	165
3. Instituto da Prescrição	168
4. Prescrição e decadência.....	169
5. Arguição do instituto da prescrição em sede arbitral.....	170
6. Renúncia da prescrição e alteração dos prazos prescricionais	171
7. Interrupção da prescrição	173
8. A prescrição e a ordem pública	176
9. Ação de nulidade e impugnação ao cumprimento de sentença.....	177
9.1 O árbitro não enfrenta a matéria da prescrição.....	177
9.2 O árbitro enfrenta e decide sobre a prescrição	178
9.2.1 Impugnação ao cumprimento de sentença apresentada antes do prazo decadencial de 90 dias	180
9.2.2 Impugnação ao cumprimento de sentença apresentada após o prazo de 90 dias	181
10. Conclusão.....	182
11. Referências bibliográficas.....	183
11. CONTRADIREITOS, OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO E IMPROCEDÊNCIA .	185
<i>Fredie Didier Jr.</i>	
1. Nota introdutória.....	185
2. Generalidades sobre a decisão de improcedência.....	185
3. Contradireito: conceito e regime jurídico processual.....	187
4. Contradireito e objeto litigioso do processo.....	189
5. A improcedência do pedido do autor que resulta do acolhimento do contradireito exercido pelo réu	191
6. A decisão que acolhe contradireito dilatatório.....	192
7. A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito	195
12. DISTINÇÃO ESSENCIAL ENTRE DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO.....	197
<i>Hugo de Brito Machado</i>	
1. Introdução	197
2. O critério mais frequentemente apontado	198
3. A lição de Agnelo Amorim Filho.....	199

4.	Os artigos 173 e 174 do Código Tributário Nacional.....	199
4.1.	Considerações preliminares.....	199
4.2.	O direito de constituir o crédito tributário.....	200
4.3.	O direito de haver o valor do tributo.....	201
5.	Execução fiscal administrativa.....	201
13.	AINDA A ALTERAÇÃO NO PRAZO PARA RESTITUIÇÃO DO TRIBUTO PAGO INDEVIDAMENTE (ART. 3.º DA LC 118/2005)	203
	<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
1.	Introdução.....	203
2.	A recepção dos art. 3.º e 4.º da LC 118/2005 pela jurisprudência.....	204
3.	Definida a questão pelo STF, surgem situações peculiares.....	208
4.	O novo termo inicial para a propositura de ações judiciais e uma distinção necessária.....	210
4.1.	Prazo para propositura de ação anulatória?.....	210
4.2.	Compensação como fundamento para a impugnação do lançamento.....	210
4.3.	O art. 169 do CTN.....	212
5.	Conclusões.....	215
14.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA: CONCEITOS LÓGICO-JURÍDICOS OU JURÍDICO-POSITIVOS?	217
	<i>Jaldemiro Rodrigues De Ataíde Jr.</i>	
1.	Considerações iniciais.....	217
2.	Breve apresentação da teoria de Agnelo Amorim Filho.....	220
3.	Análise crítica da tese de Agnelo Amorim Filho.....	223
3.1	Uma primeira crítica ao pensamento de agnelo amorim filho: a desconsideração das ações mandamentais e executivas.....	224
3.2	Uma segunda crítica ao pensamento de agnelo amorim filho: a desconsideração de que a prescrição e a decadência são categorias eficazes imputáveis aos fatos jurídicos.....	226
4.	Conclusões.....	228
5.	Referências.....	229
15.	PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E A TEORIA QUINÁRIA DA AÇÃO	231
	<i>João Paulo Capelotti</i>	
1.	Introdução.....	231
2.	Os critérios de Agnelo Amorim Filho para distinguir prescrição e decadência....	233
3.	A teoria quinária da ação de Pontes de Miranda.....	237

4. O conceito de pretensão adotado por Agenlo Amorim Filho, por Pontes de Miranda e pelo atual Código Civil	242
5. Ações mandamentais e executivas: sujeitas a prescrição ou decadência?	246
6. Considerações finais.....	248
7. Referências bibliográficas.....	248
16. A DECADÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA SUAS VARIÁVEIS	251
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
1. Introdução	251
2. A decadência no mandado de segurança: análise à luz do direito material.....	252
3. A decadência no mandado de segurança preventivo, por omissão e nas parcelas de trato sucessivo.....	257
17. NUM DOS PÂNTANOS DA PRESCRIÇÃO DO DIREITO DO FISCO: ESFORÇOS CONCEITUAIS EM TEMPOS MUNCHHAUSIANOS	263
<i>José Péricles Pereira de Sousa</i>	
1. Preliminarmente: duas palavras importantes	263
2. Tempos munchhausianos.....	263
3. Um olhar sobre o primeiro ciclo	265
4. Um olhar sobre o segundo ciclo	271
5. O desafio do terceiro ciclo.....	277
18. NOTAS SOBRE O DIES A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL	291
<i>Judith Martins-Costa</i>	
1. Introdução	291
2. Conclusão	302
19. MOMENTOS PROCESSUAIS DA PRESCRIÇÃO	305
<i>Juvêncio Vasconcelos Viana</i>	
1. Palavras introdutórias.....	305
2. A prescrição da exceção.....	307
3. Pretensão oriunda de fato aferido no juízo criminal.....	308
4. Alegação em qualquer grau de jurisdição.....	309
5. Um olhar para o CPC	309
6. A interrupção da prescrição.....	310
7. Demora imputável à máquina judiciária	313
8. O reconhecimento <i>ex officio</i> da prescrição	314
9. Pronunciamento em sede cautelar	316

20. A PRESCRIÇÃO E AS PRETENSÕES E AÇÕES FORMULADAS EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA	319
<i>Leonardo Carneiro da Cunha</i>	
1. A prescrição como encobrimento da eficácia da pretensão e da ação.....	319
2. A prescrição em favor da Fazenda Pública	322
2.1. Aplicação apenas aos entes que integram o conceito de Fazenda Pública: Súmula 39 do STJ.....	324
2.2. Prestações de trato sucessivo: Súmula 85 do STJ.....	325
2.3. “Prescrição” do fundo do direito: casos em que não se aplica a Súmula 85 do STJ.....	325
3. Interrupção da prescrição em favor da Fazenda Pública: inteligência da Súmula 383 do STF.....	327
4. Distinção entre prescrição e decadência: noções gerais	332
5. Análise, pelo juiz, da prescrição e da decadência em favor da Fazenda Pública...333	
6. Prescrição em ações de indenização propostas em face da Fazenda Pública	335
7. Prescrição em execução proposta em face da Fazenda Pública	340
21. UM EXPERIMENTO DA PRESCRIÇÃO COMO QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA NO PROCESSO	343
<i>Márcio Oliveira Rocha</i>	
1. Prólogo e delimitação do <i>paper</i>	343
2. Fundamentos teóricos da prescrição.....	344
3. Prescrição e Questão de Ordem Pública Processual.....	348
4. Considerações finais.....	350
5. Referências	351
22. UM DIÁLOGO ENTRE AS NORMAS QUE DISCIPLINAM A PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CC/02 E NO CDC EM MATÉRIA DE VÍCIOS REDIBITÓRIOS	353
<i>Marcos Ehrhardt Junior</i> 353	
1. Introdução: por que se devem regular os efeitos jurídicos do decurso do tempo?... 353	
2. Prescrição vs. decadência: uma distinção necessária.....	354
3. O problema da contagem dos prazos caducificantes no Código Civil vigente.....	360
4. Da prescrição e decadência no Código De Defesa Do Consumidor	364
5. Conclusão	369
23. DA PRESCRIÇÃO E OUTROS EQUÍVOCOS EM MATÉRIA DE PROCESSO COLETIVO: AINDA O PRECEDENTE DO STJ EM SEDE DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS	371
<i>Mateus Costa Pereira e Lucas Buril de Macêdo</i>	
1. Introdução	371

2.	As categorias dos direitos coletivos.....	372
2.1.	O critério tripartite adotado pelo CDC: introdução e exposição.....	372
2.2.	Crítica à rígida classificação legal.....	375
3.	Direitos transindividuais e direitos individuais.....	381
3.1.	Noções gerais.....	381
3.2.	Direitos individuais homogêneos e ação material coletiva.....	384
3.3.	Tutela coletiva dos titulares de poupança quanto aos expurgos inflacionários.....	388
4.	Referências bibliográficas.....	394
24.	PRESCRIÇÃO, IMPRESCRITIBILIDADE E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: POR UMA LEITURA CONSTITUCIONAL DO ART. 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	397
	<i>Nestor Eduardo Araruna Santiago, Alex Xavier Santiago da Silva e Sasha Cruz Monteiro de Almeida</i>	
1.	Introdução.....	397
2.	Prescrição no pensamento de Agnelo Amorim Filho.....	399
3.	O art. 366 do Código De Processo Penal e a “situação de imprescritibilidade”	401
4.	Afinal de contas, “situação de imprescritibilidade” e “hipótese de imprescritibilidade” são a mesma coisa?.....	403
4.1	Do julgamento do RE 460.971/RS.....	403
4.2	Do julgamento do RE 600.851/DF.....	406
5.	À guisa de conclusão.....	407
6.	Referências.....	408
25.	EXCEÇÕES NO DIREITO CIVIL: UM CONCEITO EM BUSCA DE UM AUTOR?	411
	<i>Otavio Luiz Rodrigues Junior</i>	
1.	Introdução.....	411
2.	Conceito e (algumas) espécies de exceções.....	412
3.	Objecção, defesa e exceção.....	416
5.	Prescrição e exceção.....	418
6.	Referências.....	421
26.	REPERCUSSÃO GERAL E A PRESCRIÇÃO DE AÇÕES NÃO AJUIZADAS	423
	<i>Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i>	
1.	Breve consideração inicial.....	423
2.	Notas sobre a prescrição.....	423
3.	A interrupção e a suspensão da fluência do prazo prescricional.....	425

4. A repercussão geral e os múltiplos recursos extraordinários fundados em idêntica controvérsia 425
5. Flui o prazo de prescrição para ações não ajuizadas enquanto pendente o recurso extraordinário de causa idêntica com repercussão geral reconhecida?..... 428

27. SOBRE A PRESCRIÇÃO RETROATIVA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO APÓS A LEI N. 12.234/2010 431

Raul Nepomuceno

1. Introdução 431
2. Conceito de prescrição no Direito Penal..... 432
3. Espécies de prescrição penal..... 432
4. A identificação do prazo prescricional da pretensão punitiva..... 434
- 4.1 Primeiro passo: identificar a pena máxima (abstrata) do crime..... 434
- 4.2 Segundo passo: a “tabela” do art. 109 do Código Penal..... 435
- 4.3 Terceiro passo: verificar a idade do agente 436
- 4.4. Quarto passo: causas de interrupção e causas de suspensão 436
5. A identificação do prazo prescricional da pretensão executória 436
- 5.1 A base de cálculo é a pena aplicada na sentença, e não a pena máxima abstrata 437
- 5.2 Acréscimo no prazo prescricional se o condenado for reincidente 437
6. A prescrição intercorrente (ou superveniente) 437
7. A prescrição retroativa 439
8. O que mudou com a lei n. 12.234/10?..... 441
9. Conclusões..... 444
10. Referências 444

28. ALGUMAS NOTAS POLÊMICAS ACERCA DO PRAZO DECADENCIAL PARA A ANULAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ESTABELECIDO PELO ART. 54, DA LEI 9.784/1999..... 445

Ravi Peixoto

1. Introdução 445
2. Da teoria do fato jurídico..... 445
- 2.1. Das nulidades..... 448
3. O princípio da legalidade e o princípio da autotutela..... 450
- 3.1. O prazo decadencial do art. 54, da Lei 9.784/1999 453
- 3.2. Dos requisitos de aplicabilidade do prazo decadencial..... 454
- 3.2.1. Pertinência com o direito administrativo 454
- 3.2.2. Atos ampliativos..... 454

3.2.3. Da boa-fé do administrado	455
3.2.4. Do prazo	455
3.3. A relação entre a boa-fé do administrado e o prazo decadencial.....	458
3.4. Por uma análise dos efeitos da anulação dos atos administrativos à luz da confiança legítima.....	459
3.4.1. A proteção da confiança e a situação dos terceiros de boa-fé.....	461
3.4.2. Os efeitos da invalidação do ato administrativo perante o seu destinatário direto	463
4. Conclusão	465
5. Referências	466
29. UMA GENEALOGIA CIVIL-CONSTITUCIONAL DA PERTENÇA E DO PERTENCIMENTO: O DOMÍNIO E AS TITULARIDADES ENTRE A RAZÃO E A FÉ.	469
<i>Ricardo Aronne</i>	
1. Atribuindo e Restringindo Fronteiras ao Intramuros do Potestas.....	469
2. Existencialidade e Patrimônio Burguês na Genealogia da Propriedade Privada	471
3. Direitos Fundamentais sem 'Clausuras'	476
4. Atual Arquitetura Constitucional Proprietária	478
5. Brevíssimo Tópico em Torno da Tópica Proprietária.....	482
30. A PRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES (MATERIAIS) DECLARATÓRIAS: NOTAS À MARGEM DA OBRA DE AGNELO AMORIM FILHO	485
<i>Roberto Paulino de Albuquerque Júnior</i>	
1. Introdução	485
2. Sobre a prescrição e a decadência: fundamentos à luz da teoria do fato jurídico....	487
3. O critério distintivo de Agnelo Amorim Filho e o problema da prescritibilidade das ações declaratórias	492
4. Considerações finais.....	495
5. Referências	496
31. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E PRESCRIÇÃO.....	499
<i>Rodrigo Barioni</i>	
1. Introdução	499
2. Prescrição: conceito e finalidade	500
3. Ação civil pública e prescrição.....	504
4. Prescrição das obrigações previstas no termo de ajustamento de conduta	506
5. Conclusões.....	512
6. Bibliografia.....	512

32. PRESCRIÇÃO: ALGUNS TEMAS PROCESSUAIS A PARTIR DA SUA CÉLULA MATERIAL	515
<i>Rodrigo Mazzei</i>	
1. A prescrição no Código Civil de 2002	515
1.1 Critério diferenciador com a decadência.....	516
1.2 Regras processuais sobre a prescrição no corpo do Código Civil de 2002.....	518
2. Do efeito limitado da Lei 11.280/06 frente ao núcleo do instituto (prescrição).....	521
3. Compatibilização entre o artigo 219, § 5º, do CPC com o artigo 191 do Código Civil.....	522
4. Prescrição não é matéria de ordem pública.....	522
5. Efeitos da reforma nos ditames do artigo 193 do Código Civil.....	524
6. Da necessidade de contraditório	525
6.1 Da necessidade de intimação do réu ('devedor')	525
6.2 Da necessidade de intimação do autor ('credor')	529
7. Prescrição intercorrente X § 5º do artigo 219 do CPC.....	532
8. Prescrição aquisitiva, § 5º do artigo 219 do CPC, função social da propriedade e o parágrafo único do artigo 2.035 do Código Civil.....	533
9. O Projeto de 'novo' Código de Processo Civil e a prescrição	538
33. UMA HOMENAGEM A AGNELO AMORIM FILHO: A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA NO DIREITO SOCIETÁRIO	547
<i>Rodrigo Xavier Leonardo</i>	
1. Introdução	547
2. A raiz contratual societária e sua projeção em tema de prescrição e decadência ..	548
3. Lineamentos teóricos da prescrição no direito privado brasileiro contemporâneo..	550
4. Lineamentos teóricos da decadência no direito privado brasileiro contemporâneo ..	554
5. Análise crítica da prescrição e da decadência no direito societário brasileiro.....	558
6. A prescrição e a decadência no momento genético societário	560
7. O momento funcional, do desenvolvimento da atividade societária.....	566
8. o momento final, de extinção das sociedades	569
9. Considerações finais.....	570
10. Referências bibliográficas.....	571
34. PRESCRIÇÃO: PREJUDICIAL OU PRELIMINAR DE MÉRITO?.....	575
<i>Sérgio Cabral dos Reis</i>	
1. Introdução	575
2. Conceito de cognição judicial	575

3. Objeto da cognição judicial.....	578
4. Da distinção entre as questões prévias (preliminares e prejudiciais)	580
5. Conclusão: da prescrição como preliminar de mérito.....	588
6. Referências bibliográficas.....	589
35. PRESCRIÇÃO EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA: O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 106 DA SÚMULA DO STJ À LUZ DA BOA-FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA	591
<i>Venceslau Tavares Costa Filho e Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas</i>	
1. Os efeitos nocivos do tempo no Direito Tributário brasileiro.....	591
2. A prescrição em face da Fazenda Pública.....	597
3. As peculiaridades do tratamento dispensado à prescrição, pelo legislador fiscal pátrio, de que não pode se afastar o Poder Judiciário. O âmbito de aplicação do enunciado n. 106 da Súmula do STJ à luz da boa-fé e da segurança jurídica	603
4. Síntese conclusiva.....	608
5. Referências.....	609
36. O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES FUNDADAS EM ALEGAÇÃO DE ERRO MÉDICO PELO PACIENTE CONSUMIDOR SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ.....	613
<i>Vinicius de Negreiros Calado</i>	
1. Introdução	613
2. A relação jurídica médico-paciente	614
3. Da prescrição do fato do serviço médico.....	625
4. Critérios metodológicos da seleção do <i>corpus</i> e sua análise.....	627
5. Considerações finais.....	633
6. Referências.....	633